**MEMÓRIA DA 19ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL COSTA DOS CORAIS – CONAPACC**

**Data e horário:** 22 de junho de 2016 (quarta-feira), das 9h às 16h:30m.

**Local:** COOPEAGRO (Cooperativa dos Pequenos Agricultores Organizados), Rodovia AL 101 Norte, n° 382, Maragogi/AL

**Relatoria:** José Heriberto Meneses de Lima (Conselheiro titular(CEPENE/ICMBio).

**Pauta principal:** Abertura com o novo presidente do CONAPACC e informes

• Homenagem à ex-conselheira Profa. Dra. Mônica Dorigo *(in memoriam)*

• Posse dos conselheiros e eleição da Secretaria do Conselho;

• Apresentação dos resultados (2015-16) e novos projetos apoiados pelo Fundo Toyota APACC;

..

• Histórico de reintroduções de peixe-boi na APACC e a *causa mortis* de 2 espécimes na UC;

• Encaminhamentos de demandas para as câmaras temáticas de Turismo (analisar e dar parecer sobre a minuta do TAC Buggys de Maragogi), de Biodiversidade (contribuições para a agenda do Seminário de Pesquisa da APACC) e de Atividade Pesqueira (discussão e aprofundamento sobre o Projeto Conhecendo a Pesca Artesanal da APACC).

**A - ABERTURA:**

O presidente Iran Normande – APA Costa dos Corais (APACC)/ICMBio abriu a reunião dando as boas-vindas a todos os presentes e, em seguida, fez um breve apresentação sobre a estrutura, composição e a formas de atuação do Conselho, citando os instrumentos legais que regulamentam a sua atuação, ressaltando que no final do ano de 2014 o ICMBio publicou uma nova Instrução Normativa (IN no. 09 de 05 de dezembro de 2014), que estabelece as diretrizes, normas e procedimentos para a formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais; que em função desta IN, no ano de 2015, o Regimento Interno do CONAPAC foi revisado para se adequar a mesma. Em seguida, informou sobre a estrutura atual do Conselho, que tem 40 assente, distribuídos de forma paritária entre os segmentos do poder público e da sociedade civil, conforme segue, (a) setores do poder público representados no Conselho : Órgãos e entidades da Gestão Pública, ligados à área ambiental ou afins (12) e Instituições de ensino e pesquisa (8); (b) setores da sociedade civil - usuários do território da APA ( pesca - 6, turismo - 6 e agricultura indústria e Comércio - 2); ONG’s ambientalistas e de pesquisa (3); Organizações de educação e cultura e associações comunitárias (3).

Também informou que o CONAPAC é um órgão que tem por finalidade garantir a gestão participativa e integrada da APA e que tem caráter consultivo, no que diz respeito as atividades de gestão da APA, e caráter deliberativo no que se refere a sua forma de atuação. Ressaltou a importância de se avançar no processo de gestão participativa, através das Câmaras Temáticas, que tem por função aprofundar as discussões sobre os assuntos de maior importância, elaborando parecer com sua opinião sobre os mesmos, o qual será submetido a deliberação do plenário do Conselho, propiciando assim uma melhor fundamentação para a adoção das ações mais importantes e prioritárias para a gestão da APA. Neste sentido, as câmaras serão recriadas para permitir que os novos conselheiros possam participar das mesmas e. já nesta reunião, deverão deliberar sobre assuntos importantes, que serão submetidos para a apreciação das Câmaras Temáticas. Finalizando, o presidente falou sobre a organização e estrutura do Conselho, sobre o mandato dos conselheiros, a organização e participação nas reuniões, e sobre os Grupos de Trabalho, cujo detalhamento está descrito no Regimento Interno do CONAPAC. Em seguida, passou a palavra à coordenadora da Secretaria do Conselho, Tertuliana Flávia Cavalcante Rêgo (ATPB), para apresentação da proposta de pauta para aprovação dos conselheiros, ficando estabelecido que os seguintes pontos, seriam discutidos no período da manhã: Informes, Homenagem à ex-conselheira Profa. Dra. Mônica Dorigo, posse dos conselheiros e eleição da Secretaria do Conselho; e apresentação dos resultados dos novos projetos apoiados pelo Fundo Toyota APACC. Os demais pontos ficarão para ser discutidos no período da tarde, com previsão de encerramento as 15hs, quando então serão realizadas as reuniões das Câmaras Temáticas.

..

**B – INFORMES:**

1. A coordenadora da Secretaria do Conselho, Tertuliana Flávia Cavalcante Rêgo (ATPB), se dirigiu ao plenário para perguntar aos conselheiro se tinham informes a apresentar. Além dos informes abaixo transcritos, o Conselheiro Pedro apresentou questionamento sobre a importância de ter no CONAPAC participação da Secretaria de Pesca, subordinada ao Ministério da Agricultura no Estado de Alagoas, como instituição membro do Conselho. Ao final das apresentações dos informes, o Presidente esclareceu ao Conselheiro Pedro que considera importante a participação da Secretaria de Pesca no CONAPAC mas, para tanto, os representantes da referida Secretaria deverão formalizar seu interesse em participar do Conselho, através de oficio expedido para a Secretaria Executiva do CONAPAC, com 15 dias de antecedência da realização da próxima reunião, a fim de que o pedido seja submetido a deliberação do Conselho.
2. Ulisses informou sobre a realização, nos dia 15 e 16 de julho, em Maragogi\_(AL) do IV Fórum socioambiental da APA Costa dos Corais, com a discussão do tema Uso e Ocupação do Solo nos municípios que fazem parte da APA. O evento contou com a participação do Ministério Público Federal, Secretaria do Patrimônio da União, Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Instituto de Meio Ambiente de Alagoas. Como resultado foi aprovada uma carta de Compromisso pela qual se comprometem a realizar quatro audiências públicas ainda este ano para implantação do Projeto Orla do Plano /diretor, mobilizar o Ministério Público para tornar obrigatório que todos os municípios da área da APA tenham Plano Diretor, incorporando o Projeto Orla, uma vez que algumas áreas de municípios da APA são consideradas áreas de especial interesse turístico e, nestes casos, o Estatuto das Cidades estabelece que os mesmos devem possuir Plano Diretor.
3. Iran Normande apresentou um informe sobre a realização de uma reunião para discutir e elaborar uma proposta sobre a estrutura do Seminário; como resultado deste encontro que contou com a participação de representantes da APA, CEPENE, e Universidade Federal de Pernambuco e Projeto Peixe-Boi, ficou definido que o seminário será realizado nos dias 4 a 7 de outubro, no CEPENE, em Tamandaré (PE), um dos encaminhamentos foi a criação de três Comissões de Logística, Cientifica e de Comunicação, cujos participantes deverão contribuir para a organização do Seminário. O tema central do seminário será pesquisa aplicada na gestão da APA e, neste sentido, com a realização do Seminário se espera dispor de informação sobre pesquisas que possam contribuir para melhorar a gestão da APA.

Finalizou informando que a organização do Seminário será discutida, nesta tarde, pela Câmara Temática de Biodiversidade, que deverá apresentar proposta sobre a programação do Seminário, inclusive, com sugestões de nomes de potenciais palestrantes.

1. Eduardo informou sobre a realização de uma reunião para discutir o marco regulatório da pesca do Caranguejo-uçá, a reunião foi promovida pelo ICMBio e a Conservation Internacional e teve como objetivo atender a uma demanda dos catadores de caranguejo, que reivindicam uma maior participação nas discussões sobre os problemas que o setor enfrenta. A reunião contou com representantes dos estados de Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, os representantes dos estado apresentaram dados e informações que possibilitaram um diagnóstico da situação da pesca do Caranguejo e sobre a percepção dos catadores sobre os problemas do setor; Os dados e informações levantados servirão para subsidiar uma nova reunião, que será realizada dentro de uns dois a três meses, especifica para discutir e elaborar propostas para o ordenamento da atividade. Não houve participação de representantes de Alagoas mas os resultados do encontro serão enviados aos mesmos para que apresentem posicionamento sobre os assuntos discutidos, com vistas ao envolvimento das lideranças deste estado nas próximas discussões que serão realizadas.

**C. HOMENAGEM À EX-CONSELHEIRA Profa. Dra. MÔNICA DORIGO *(in memoriam)***

A Coordenadora da Secretaria do CONAPAC explicou que este assunto entrou na pauta da reunião atendendo a uma proposta de dos Conselheiros Bruno Stefanis e Clemente Coelho, os quais deveriam apresentar esta homenagem, mas não puderam participar da reunião e colocou a palavra a disposição dos Conselheiros presentes para que fizessem algum pronunciamento. O presidente do Conselho tomou a palavra para ressaltar a participação da homenageada nos trabalhos do CONAPAC relacionados com a conservação dos corais, que sempre foi muito ativa e envolvida em todas os movimentos ambientais e atividades de pesquisa relacionados com os ecossistemas recifais no estado de Alagoas. Ao termino de sua fala seguiu-se um minuto de silencio em homenagem a Professora Monica Dorigo.

**D. POSSE DOS CONSELHEIROS E ELEIÇÃO DA SECRETARIA DO CONSELHO**

Os Conselheiros titulares e suplentes, representantes das Instituições-membro do CONAPAC, presentes na reunião, foram chamados nominalmente pela Secretaria Geral para receber das mãos do Presidente do CONAPAC o documento do Termo de Posse e assinar a lista de recebimento. O Assessor Técnico Ulisses ao termino da entrega dos documentos informou que os Conselheiros ausentes serão empossados na próxima reunião do CONAPAC.

O processo de eleição foi conduzido por Ulisses, que informou ao Plenário sobre o mandato e os membros atuais, que compõem a Secretaria: Flávia (Coordenadora Geral), Ulisses e Ana Paula (Assessores Técnicos), Heriberto e Lucas (Relatores) - todos Conselheiros eleitos pelo plenário- e Eduardo (Assessor Administrativo), o qual, pelas características deste cargo (dar andamento aos documentos do Conselho, especialmente os encaminhamentos que deverão tramitar internamente dentro do ICMBio), deve ser um servidor do ICMbio, indicado pelo Chefe da APA Costa dos Corais. Informou ainda que, de acordo com o regimento interno, a cada dois anos os cargos da Secretaria deverão ser renovados. No que se refere ao cargo de Assessor Técnico, como o Regimento não estabelece o número máximo, Ulisses sugeriu que se poderia ter um assessor para cada região da APA (área metropolitana de Maceió, áreas central, norte e sul Em seguida passou a palavra a cada um dos membros da Secretaria atual, para que estes se posicionassem sobre seu interesse em continuar ou não nos cargos que ocupam. Flávia agradeceu a oportunidade que teve de ocupar o cargo de Coordenadora da Secretaria do CONAPAC, que foi um aprendizado, citou que no início teve algumas dificuldades com relação ao uso da internet e com o banco de dados da Secretaria, mas que teve apoio dos demais membros da secretaria. Entretanto, entendia que deveria dar oportunidade a outros conselheiros para ocuparem este cargo, e se colocou à disposição para ocupar um outro cargo. Heriberto falou das dificuldades que o cargo de relator traz para a participação do Conselheiro nas discussões durante a reunião, e falou que independentemente de permanecer como relator continuará colaborando com a relatoria, e portanto sugeriu que algum conselheiro se candidatasse a ocupar o cargo de relator. Lucas informou que não é funcionário efetivo da Secretaria de Meio Ambiente, da prefeitura de São José da Coroa Grande, sendo cedido pela Secretaria de Educação e, portanto, como poderá vir a ser substituído no Conselho, no próximo ano, colocou o cargo à disposição. Ulisses colocou o cargo de Assessor Técnico à disposição, explicando que, como atual substituto do Presidente do CONAPAC, estará envolvido em todas as atividade do Conselho, e portanto, estará prestando sua contribuindo ao trabalho do Conselho, mesmo sem ocupar o cargo de Assessor Técnico. Após estes esclarecimentos dos ocupantes atuais da Secretaria, Ulisses perguntou ao Plenário se algum membro do conselho teria disponibilidade e interesse de colaborar, participando de algum cargo da Secretaria. Flavia lançou a candidatura de Ana como Coordenadora da Secretaria e se colocou à disposição para ocupar um dos cargos de Assessor Técnico. Com a concordância de Ana Paula e como a relatoria continuava com Heriberto, após as manifestações de Diego e Fabiano em ocuparem os cargos de Relator e Assessor Técnico, respectivamente, o Plenário aprovou por consenso a nova composição da Secretaria, conforme segue: Coordenadora Geral – Ana Paula; Assessores Técnicos – Flávia e Diego; Relatores – Heriberto e Fabiano. O cargo de Relator será exercido de forma alternada, ou seja, os dois relatores, se revezam na elaboração da Ajuda Memória das reuniões.

**E. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS (2015-16) E NOVOS PROJETOS APOIADOS PELO FUNDO TOYOTA APACC**

1. Carolina Neves apresentou o informe sobre o Projeto Jangadeiros da Rota Ecológica, executado nos três municípios da área central da APA: Passo de Camaragibe; São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras. O projeto teve como objetivo o fortalecimento do turismo de base comunitária desenvolvido por jangadeiros, através da capacitação dos jangadeiros com vistas a melhorar a prestação dos serviços e a conscientização dos turistas. Foi apresentado um vídeo de nove minutos, documentando as atividades desenvolvidas junto com os jangadeiros durante os onze meses de execução do projeto; em seguida foram apresentados dados com os resultados atingidos, destacando que foram realizados vinte encontros, com duzentas horas de oficina, nos quais compareceram 59 jangadeiros, superando o número incialmente previsto que era de 40 jangadeiros. No início os jangadeiros não explicavam nada sobre a APA, por entenderem que sua função era única e exclusivamente transportar os visitantes para conhecer as piscinas naturais. Ao final do projeto os jangadeiros capacitados passaram a apresentar informações sobre a APA e os objetivos do seu Plano de Manejo. Após a apresentação vários conselheiros se pronunciaram no sentido de que o projeto fosse expandido para atender outros municípios. Também houve questionamento sobre o impacto adicional sobre o meio ambiente se esta expansão do projeto viesse a aumentar o número de jangadeiros ingressando na atividade turística em detrimento da atividade pesqueira, que antes era exercida pelos jangadeiros. A Conselheira Carol explicou então que a expansão para outras áreas dependeria das características do turismo exercido nas demais regiões exemplificando que, no caso de Maragogi já existe um turismo de base empresarial e que nesta área não seria adequado a implantação de um projeto de capacitação de jangadeiros. No caso da área central já existia um turismo com características de base comunitária e de baixo impacto ambiental e por ser uma área de preservação do peixe-boi este é o único tipo de turismo que pode ser praticado na área central da APA. Caso o projeto venha a ser executado em outros municípios da APA as características da atividade turística serão levadas em conta, bem como não deverão incentivar a entrada de pescadores na atividade turística. Apesar de se ter discutido a necessidade de preservar a cultura local e que as jangadas com propulsão a vela já quase não existem, foi consenso geral que não há como exigir que esta tradição seja mantida, pois a substituição da vela pela motor de rabeta nas jangadas é um processo que não tem volta, uma vez que traz maior segurança e melhores condições de navegação, aliado ao baixo custo operacional com o uso deste tipo de motor nas jangadas.
2. A conselheira Flávia apresentou os resultados do projeto Monitoramento Comunitário da Biodiversidade, que tem como objetivo oferecer a capacitação dos comunitários e instituições parceiras, sobre os procedimentos e técnicas de abordagem com o peixe-boi e tartarugas marinhas.

Com estas capacitações espera-se que sejam criadas redes de colaboradores, para auxiliar o ICMBio no acompanhamento das ocorrências com peixes-boi e tartarugas marinhas.

Foram realizadas capacitações na Associação Peixe-boi, em Porto de Pedras, sobre o peixe-boi e em Maceió, sobre tartarugas marinhas, as quais contaram com a colaboração do CMA e do IMA. Ao todo, as atividades tiveram o envolvimento de sete instituições, com 78 participantes na capacitação do peixe-boi e 22 na capacitação sobre tartarugas. Entre as atividades desenvolvidas nas capacitações citou a participação dos associados na translocação dos peixes-boi Netuno e Zoé, a realização do monitoramento e coleta de dados sobre o peixe-boi durante os passeios nas piscinas naturais e as saídas de monitoramento à noite para registro e acompanhamento de desovas de tartarugas nas praias. Também apresentou um gráfico com os resultados do monitoramento do peixe-boi realizado no rio Tatuapunha. Também apresentou algumas informações sobre o novo projeto, orçado em R$ 40.000,00, que será executado nos municípios de Maragogi e Japaratinga, Porto de Pedras, Paripueira e Barra de Sto. Antônio

1. A Conselheira Ana Paula apresentou os resultados do Projeto Cidade Verde- Construindo Comunidades sustentáveis na APA Costa dos Corais, cujo objetivo principal é a sensibilização das comunidades sobre a destinação correta dos resíduos sólidos e a conservação dos recursos naturais da APA. Foram realizadas as seguintes atividades: visita a 8 escolas entre os municípios de Barra de Camaragibe a Porto de Pedras, nas quais foram realizadas palestras sobre gestão resíduos sólidos e preservação dos recursos naturais da APA, para 351 estudantes; debates e mobilização com 3 organizações comunitárias, com participação de 102 comunitários; 10 exibições de vídeos ambientais em praças: com 837 participantes, sendo a maioria crianças e adolescentes; foram realizados 9 mutirões de limpeza de praias e manguezais, entre o manguezal de Salinas e a Praia do Morro, com 688 participantes, nos quais foram coletados 4938 quilos de lixo, tendo-se observado que a maior parte do lixo era oriundo da própria comunidade. O local com maior concentração de lixo doméstico foi em áreas de mangue, na foz do rio Camaragibe, enquanto o lixo de turistas ocorreu em maiores volumes na praia do Morro. Foram instaladas 120 lixeiras em pontos estratégicos, em dois municípios, os quais foram realizados novos mutirões, depois de 5 meses, constatando-se uma redução na quantidade de lixo coletado;

Outro objetivo do projeto foi a Implantação da coleta seletiva em empreendimentos turísticos da Rota Ecológica, tendo-se conseguido a participação efetiva de 34 empreendimentos na Rede de Coleta Seletiva dos Resíduos Sólidos, dos quais 9 já faziam parte, destinando o lixo reciclável para a COOPVILA; O projeto paga a cooperativa para que faça a coleta do lixo reciclável nos empreendimentos; na área destinada ao recebimento dos resíduos parte do material é selecionado (pets e garrafas de vidro) para a produção de artesanato da ARIBAMA:

Alguns conselheiros comentaram sobre a necessidade do apoio das prefeituras para viabilizar a coleta do lixo reciclável, uma vez que as cooperativas não conseguem se manter apenas com a renda obtida com a venda do lixo reciclável. Neste sentido, o Conselheiro Manoel falou sobre as dificuldades para se implantar a coleta seletiva nos municípios, citando inclusive a falta de profissionalismo das Secretarias Municipais de Meio Ambiente, e relatou sobre a experiência com a coleta seletiva, implantada pela Prefeitura em Tamandaré, que tem uma estrutura instalada para a recepção, seleção e prensagem do lixo reciclável, contando também com caminhões para a coleta do lixo; Para operacionalizar a coleta, foi criada uma cooperativa de catadores, que recebe apoio financeiro da prefeitura para se manter; Convidou a Conselheira Ana para visitar e conhecer a cooperativa dos Catadores da Mata Sul e a estrutura física existente em Tamandaré para a coleta seletiva do lixo.

1. O Conselheiro Mauro Maida apresentou resultados do projeto de continuidade do experimento e monitoramento da eficácia da área fechada de Tamandaré como referência metodológica para as zonas de preservação da vida marinha da APA Costa dos Corais

Fez um relato histórico sobre a criação e manutenção da área fechada, que foi implantada em 1999, e desde então é objeto de monitoramento continuo, realizado por uma equipe contratada e treinada para realizar a fiscalização da área, evitando toda e qualquer atividade humana dentro dos limites da área, com cerca de 400 hectares. No início, havia grande abundância de ouriços, que é um indicador da degradação de uma área recifal. A densidade estimada era de 50 ouriços por hectare e, atualmente, foi reduzida para 10 ouriços/ha. Comparou estes dados com aqueles obtidos na área fechada de Paripueira, que com o fechamento obteve resultados semelhantes, com a recuperação da cobertura de corais, mas foi reaberta depois de cinco anos de fechamento, encontrando-se atualmente numa situação de degradação pior do que estava antes do fechamento.

A densidade de ouriços, que antes do fechamento era de 28 ouriços/ha, atualmente é de 40 ouriços/há.

Citou os diferentes tipos de monitoramento realizados na área fechada, tais como, o monitoramento da cobertura de corais, o monitoramento de ovos e larvas de peixes e o monitoramento acústico para estimar a abundância de peixes em várias regiões da APA; experimentos de marcação de peixes para avaliar a movimentação dos peixes de dentro para fora da área fechada; a reativação do monitoramento da pesca, que foi primeiramente realizado ao longo de cinco anos (1999 a 2004) e está sendo retomado, com recursos financeiros da Fundação Toyota, e que tem como objetivo avaliar se a produção de peixes está aumento depois do fechamento da área.

Citou outros projetos que estão em andamento, como o mapeamento dos fundos para identificação de áreas de pesca e o projeto radar que visa o mapeamento das áreas de pesca através da identificação dos locais de operação das embarcações de pesca, bem como, fornecer dados para regulamentar o fluxo de embarcações de cabotagem, evitando acidentes com embarcações pesqueiras e as artes de pesca, por estas utilizadas.

Citou a importância dos estudos realizados para a compreensão e conhecimento dos ambientes habitados pelas espécies de peixes, nos diferentes estágios do seu ciclo de vida, juvenis nas áreas de mangue, crescimento nos recifes de coral e reprodução em áreas mais afastadas da costa (plataforma continental), aonde são capturadas pela pesca comercial. Neste ponto, destacou a importância dos mangues, associados aos ambientes recifais, para a manutenção da produtividade pesqueira e ressaltou que os benefícios com o fechamento da área serão anulados se os manguezais, também, não forem preservados.

Com relação a áreas fechadas comentou-se sobre a necessidade do fechamento de áreas de mangue e a um novo fechamento da área de Paripueira. Embora estando de acordo, a gestão da APA considera que no caso dos manguezais os impactos sociais podem inviabilizar a adoção desta medida; quanto a área fechada em Paripueira, no segundo semestre do ano em curso serão realizados estudos no sentido de avaliar sua melhor localização. Para viabilizar a implantação desta área será necessário contar com o apoio logístico de uma base avançada da APA na região, bem como a retomada e o fortalecimento do Conselho Municipal de Meio Ambiente der Paripueira.

1. O Presidente do CONAPAC iniciou a apresentação dos resultados do projeto Toyota APA Costa dos Corais com uma breve resumo sobre a APA, citando os seus objetivos, o ano de criação ( 1997), sua extensão, área de 413 mil hectares, ao longo de 120 km de costa de 13 municípios (AL e PE), estendendo-se desde a linha de preamar média até 18 milhas da costa; A APA conta com três unidades: a sede administrativa em Tamandaré, junto ao CEPENE, a Base de Porto de Pedras, implantada em 2015, aonde são desenvolvidas atividades do projeto peixe-boi, coordenado pelo CEPENE e executado em parceria com a APA e a base de Barra de Santo Antônio. Com relação ao Projeto, citou que os objetivos são apoiar as ações do ICMBio e instituições parceiras, através do aporte de recursos financeiros no montante de R$ 1 milhão/ano), durante 10 anos. Metade destes recursos são aplicados na gestão da APA e a outra metade é aplicada em um fundo de investimentos para render juros que deverão garantir a continuidade do projeto. Anualmente é realizado um Workshop onde as instituições parceiras apresentam projetos para execução na APA e os projetos aprovados são executados com recursos financiamento do fundo de investimentos.

Apresentou os resultados das atividades realizadas em 2015 e início de 2016 e as atividades planejadas para 2016 e 2017. Entre as atividades executadas, citou a adequação dos galpões do setor náutico no CEPENE, em Tamandaré; as atividades de capacitação, através da participação da equipe de gestão da APA em cursos, congressos e Simpósios; a realização de uma Oficina de Planejamento Estratégico, para a implementação do Plano de Manejo nos próximos cinco anos. Os resultados desta oficina serão apresentados na próxima reunião do CONAPAC.

Com relação ao Programa de Manejo da Biodiversidade, citou os estudos e consultas públicas para o Zoneamento, em Japaratinga, aonde foram realizadas várias reuniões e audiências públicas, que resultaram na elaborado o relatório destas atividades; o processo já foi concluído e encontra-se em Brasília, para ser assinado, definindo o zoneamento das áreas de visitação e criando a área preservação da vida marinha naquele município.

Em Maragogi, foi realizada a demarcação da área fechada (zona de preservação da vida marinha), que foi criada no Plano de Manejo, mas ainda não havia sido implementada. A área já está fechada e nela estão sendo realizadas atividades de fiscalização sistemática para prevenir atividades na área. Citou a realização do 1º. Seminário de Pesca Artesanal, que resultou na elaboração de um projeto que tem como objetivos: a realização do censo da atividade pesqueira na área da APA; o fortalecimento das comunidades pesqueiras e o levantamento de dados da pesca artesanal para subsidiar o seu ordenamento. Este projeto já tem recursos assegurados pelo GEFMAR e será executado junto com o CEPENE, dentro dos próximos três meses.

Com relação ao peixe-boi, em 2015 foram realizadas quatro reintroduções e o monitoramento por satélite de seis indivíduos após a soltura; também foram realizadas atividades de translocação e resgate de indivíduos.

Entre as atividades futuras citou: dar continuidade a implementação das áreas de visitação e de preservação de Japaratinga, que já estão demarcadas mas ainda não foram oficializadas através de um instrumento legal, o qual permitirá o monitoramento e fiscalização mais efetivos desta áreas; realizar estudos para expandir o zoneamento, identificando áreas mais importantes para a criação de zonas de preservação da vida marinha na área central da APA; com relação ao programa peixe-boi, está previsto uma nova atividade, que é a captura de indivíduos nativos para marcação, com vistas a identificar as áreas mais importantes para a preservação da espécie. Para tanto já se dispõe de uma embarcação e equipe treinada para realizar este trabalho de captura na área de Par ipueira, com início previsto para novembro.

Dentro do Programa de Gestão Socioambiental está previsto o apoio e assessoramento técnico para a reativação e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, especialmente dos municípios da área central da APA. Neste sentido, está previsto a participação dos presidentes e secretários dos CONDEMAS nas oficinas de capacitação do CONAPAC. Como parte do Plano de Comunicação da APA, está previsto a realização de exposição itinerante em todos os municípios da APA, com vistas a divulgação melhor informar os visitantes e usuários dos recursos naturais da APA sobre a existência e objetivos da APA. Falou ainda sobre as atividades de monitoramento realizadas em Maragogi e Paripueira e o trabalho realizado junto aos operadores de turismo náutico, com vistas a organizar e aprimorar a prestação dos serviços de visitação nas piscinas naturais; a realização de palestras/cursos sobre conduta consciente em ambientes recifais; com relação ao monitoramento de recifes de coral (Reef check), que vem sendo sistematicamente realizado em Tamandaré, em todos os anos, mas deixou de ser feito nos demais municípios da APA, este ano foi retomado no município de Maragogi e será expandido para São José da Coroa Grande, Japaratinga e, talvez, em Paripueira.

Com relação as atividades de fiscalização de crimes ambientais, citou o número de dias de operações realizadas em terra e no mar, que resultaram na emissão de 93 autos de infração em 2015 e 42 em 2016. Ordenamento da visitação, construções irregulares e trânsito de veículos nas praias e poluição através de esgoto e lixo foram os principais tipos de infração cometidos. Em 2016, foram obtidos recursos adicionais para as atividades de fiscalização, oriundos do GEFMAR, o que tem possibilitado a realização de pelo menos dez operações por mês, inclusive contando com o apoio de equipes de fiscalização de outras unidades do ICMBio. Como as atividades de fiscalização da equipe são realizadas exclusivamente dentro da área da APA, outras instituições com atribuições de fiscalização ambiental estão sendo contatadas, para realizar operações integradas, que alcancem também áreas no entorno da APA, que tem impactos sobre a mesma. A equipe da APA tem sido mais atuante na zona costeira, mas necessita expandir as operações de fiscalização para áreas mais afastadas da costa. Para tanto, já foi solicitado ao GEFMAR recursos para aquisição de embarcação adequada para tais operações.

O Conselheiro Lucas solicitou posição da gestão da APA em relação com a implementação da área fechada de São José da Coroa Grande e foi informado que, no ano passado, a equipe da APA fez uma visita na área destinada a zona de preservação da vida marinha, com vistas a sua demarcação com a colocação de bóias. Entretanto, encontraram um fluxo grande de embarcações fazendo arrasto de camarão e, por este motivo decidiram reavaliar a área por entenderem que o fechamento iria gerar um impacto social, com os pescadores de arrasto de camarão. Solicitou ao Conselheiro Lucas que se reunissem com os representantes dos pescadores, com vistas a trazer novas informações e esclarecimentos sobre esta questão. A implementação da área fechada de São José deverá ser incluída no planejamento estratégico da APA.

**MUDANÇAS NA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO**

A Secretaria de Turismo de Maragogi encaminhou oficio solicitando a inclusão como instituição membro do Conselho; atualmente existe uma vaga na suplência ocupada pela Prefeitura de Paripueira. Esta vaga só pode ser ocupada por uma instituição do mesmo setor (gestão pública). Seguiu-se discussão sobre a pertinência de se ter instituições diferentes ocupando a titularidade e suplência de um mesmo assento. Embora previsto na IN que regulamenta os Conselhos de Gestão das UCs tal situação não é a ideal, pois o suplente pode não estar de acordo com a posição do titular e necessita-se de comunicação continua entre as duas instituições para que uma ocupe o lugar da outra quando esta não puder participar de uma reunião, evitando a perda do assento. O representante da Secretaria de Turismo de Maragogi foi solicitado a se dirigir ao plenário para justificar o pleito a uma vaga no CONAPAC e, em seguida o assunto foi colocado em votação com aprovação por consenso.

Um dos assentos do setor de Agricultura, indústria e comércio (usuários do entorno), ocupado pela Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH) em Alagoas, como titular, ficou com a suplência vaga, pois a Associação Brasileira das Agências de Viagem (ABAV) em Alagoas, informou que não tem interesse em continuar como suplente. A ABIH foi consultada e manifestou interesse em ocupar também a suplência do mesmo assento. Por unanimidade o plenário aprovou que a suplência seja ocupada também pela ABIH.

O Conselheiro Manuel, informou que a Associação de Turismo de Tamandaré tem interesse em participar do CONAPAC, Entretanto, como a vaga de suplente da ABIH só pode ser ocupada por uma instituição pertencente ao mesmo setor está vaga não poderá ser ocupada por uma instituição do setor de turismo.

**COMPOSIÇÃO DAS CAMARAS TEMÁTICAS**

O Conselheiro Ulisses iniciou as discussões informando a composição atual das Câmaras Temáticas, conforme segue: **CT de Atividade Pesqueira**: Pedro Luiz, Heriberto, Paulo Amaro, Antônia, Severino, Prof. Dr. Vandick. **CT de Biodiversidade**: Bruno Stefanis Oliveira, Prof. Dr. Cláudio Sampaio, Profª. Drª. Karine Magalhães, Lucas Araújo; **CT de Gestão Socioambiental**: Carolina Neves, Tertuliana Flávia, José Ulisses, Fabiano Pimentel, e **CT de Turismo**: João Nogueira, Ana Paula Moura, Tsachi Greenhut. O plenário foi informado que, de acordo com o regimento interno, cada CT pode ter no mínimo três e no máximo sete membros. Para que as CTs funcionem com número máximo, o número de vagas por Câmara Técnica é o seguinte: Pesca – 1; Biodiversidade – 3; Gestão Socioambiental – 3 e Turismo – 4.

A CT é composta por conselheiro, titular ou suplente. Qualquer conselheiro, que tenha interesse e se identifique com o tema objeto de uma CT pode participar de até duas câmaras. O presidente do Conselho explicou, de forma resumida, com um exemplo prático, a forma de funcionamento das Câmaras Temáticas mas, para maiores informações, os conselheiros deverão consultar o Regimento Interno, que tem todo o detalhamento sobre as Câmaras Temáticas.

Os seguintes Conselheiros se candidataram para as quatro vagas da CT de Turismo: Daniela, Francis, Henrique e Tereza. A conselheira Ana Paula informou que estava se retirando da Câmara Temática abrindo-se nova vaga. Com manifestação de interesse do conselheiro Nelson (Sec. Meio Ambiente São José da Coroa Grande), de se candidatar a uma das vagas, as cinco candidaturas foram submetidas a votação em bloco pela plenária que, por unanimidade, aprovou a entrada dos cinco candidatos, ficando a CT de Turismo com a seguinte composição: João Nogueira, Tsachi Greenhut, Daniela, Francis, Henrique, Nelson e Tereza.

Os conselheiros Mauro Maida, Mateus (SEMAR) e Fernanda se candidataram para as três vagas da CT de Biodiversidade e tiveram seus nomes aprovados por unanimidade pela plenária.

Os Conselheiros se candidataram Mauro Maida e Valdemar considerando ser impossível separa biodiversidade e pesca Câmara de Biodiversidade

Experiência na atividade pesqueira há 27 anos é pescador profissional e, portanto, considera que tem muito a contribuir com a CT, Mauro Maida retirou sua candidatura. A candidatura do Conselheiro Valdemar foi aprovada por unanimidade

O presidente ressaltou que muitos temas que serão debatidos no Conselho podem tramitar por mais de uma CT

Os conselheiros Mateus, Erni, Ana Verçosa, Diego, Daniela e Theófilo se candidataram para as 3 vagas da CT de Gestão Socioambiental. Como o número de candidatos (6) superava o número de vagas (3), Ulisses perguntou se algum candidato retirava sua candidatura; Os candidatos foram solicitados a se apresentar, justificando porque se candidatavam a uma das vagas da CT; Os candidatos falaram sobre sua formação e experiência profissional em relação com os temas que serão tratados na CT, justificando, assim, de que forma poderiam contribuir com a CT. Durante as discussões que se seguiram, os candidatos Mateus e Ana Verçosa retiraram a candidatura, restando 4 candidatos; Ulisses retirou-se da CT alegando que preferia não participar de nenhuma CT, por sua condição atual de substituto do Presidente do CONAPAC ; Com a abertura de mais uma vaga, Ulisses encaminhou a votação em bloco dos candidatos Terni, Diego, Teófilo e Daniela, para preenchimento das quatro vagas em aberto na CT de Gestão Socioambiental; a candidatura em bloco foi aprovada por unanimidade. A CT de Gestão socioambiental ficou então com a seguinte composição: Carolina Neves, Tertuliana Flávia, Fabiano Pimentel, Erni, Diego, Theófilo e Daniela.

**HISTÓRICO DE REINTRODUÇÕES DE PEIXE-BOI NA APACC E A *CAUSA MORTIS* DE 2 ESPÉCIMES NA UC**

Devido ao avançado da hora, a apresentação foi postergada para a próxima reunião ordinária, uma vez que que os trabalhos teriam que estar concluídos até as 16 horas, para facilitar a viagem de retorno dos participantes para as cidades mais distantes (Recife ou Maceió). Mesmo assim a Conselheira Fernanda fez uma rápida apresentação contextualizando a situação atual da conservação e manejo do peixe-boi na área da APA, destacando que a espécie ainda se encontra em estado de ameaça de extinção, apesar das experiências bem sucedidas com as reintroduções realizadas, cerca de 31 espécimes liberados, na área da APA, que é um importante local de soltura do peixe-boi.

Os 3 óbitos ocorridos nos últimos dias foram todos resultantes de interações antrópicas com a espécie, (um animal foi morto devido ao choque com uma embarcação e um outro foi abatido a tiros. Finalizando, colocou-se à disposição, juntamente com a equipe do projeto peixe-boi, para fazer apresentação sobre o peixe-boi nas entidades interessadas, incluindo atividades de capacitação e informações sobre as principais ameaças sobre a espécie. O sucesso da recuperação da espécie depende de todos e solicitou ajuda de todos para que os espécimes soltos sejam bem sucedidos no ambiente natural.

Ulisses informou que os resultados sobre a avaliação CONAPAC, também não serão apresentados, embora já esteja concluída, com todos os dados tabulados e analisados, pois prefere deixar a apresentação para a próxima reunião junto com a capacitação do Conselho; comprometeu-se em disponibilizar os dados para os conselheiros, para que tomem conhecimento dos resultados, mas considera mais adequado deixar a apresentação para a próxima reunião, em 10 de agosto, onde espera que os conselheiros, com base nos resultados da avaliação, possam aprofundar reflexão sobre o papel do Conselho. Para a capacitação forma convidadas profissionais com experiência em gestão participativa e todos os conselheiros titulares e suplentes estão convidados.

**ENCAMINHAMENTOS DE DEMANDAS PARA AS CÂMARAS TEMÁTICAS**

O Presidente Iran Normande informou que a gestão da APA tem 3 pontos específicos para encaminhar para as Câmaras Temáticas, os quais serão apresentados e a plenária decide para quais câmaras serão encaminhados. (a) Passeios de buggy na praia - é uma atividade realizada em toda a área da APA, especialmente em Maragogi. A Associação de Propietários de Buggy encimnhou demanda solicitando a elaboração de um TAC para a regularização da atividade, permitindo a realização de passeios nas praias. Apesar de ser uma atividade proibida no PM, a mesma já vem sendo realizada há muito tempo e a Gestão da APA, antes de se posicionar sobre a demanda, quer uma manifestação do Conselho, no sentido de saber o que a sociedade pensa sobre o assunto.

O Conselho deve se posicionar sobre este assunto, com vistas a definir o encaminhamento a ser dado a questão; a plenária foi informada que existem duas possibilidades de encaminhamento, a CT pode ser favorável ao TAC e, neste sentido, deve oferecer uma contribuição para a elaboração de uma minuta de TAC; ou pode ser contrária. Neste caso, a APA deverá adotar as providências necessárias para realizar ações de fiscalização, que coíbam a realização dos passeios de Buggy em áreas de praia.

(b) Seminário de Pesquisa da APACC) - como existem representantes do setor de pesquisa no CONAPAC, espera que o Conselho contribua para a organização do Seminário, com a indicação de nomes dos palestrantes e sugestões sobre o formato e programação do evento.

(c) A terceira demanda para as CTs tem relação com o Projeto Conhecendo a Pesca Artesanal da APACC. Salientou que alguns conselheiros participaram das discussões e contribuíram para a elaboração do projeto, citando os nomes de Fabiano e Valdemar. Informou, inclusive, que este último viajou junto com representante da Gestão da APA para uma reunião em Brasília, para defender o Projeto. O projeto tem a coordenação do CEPENE e seu objetivo é o fortalecimento das comunidades pesqueiras, tendo como foco a participação de jovens das comunidades pesqueiras na coleta de dados sobre a pesca artesanal.

O presidente encaminhou a discussão conjunta dos três temas, solicitando a plenária que apresentasse sugestões sobre qual CT seria a mais adequada para analisar cada assunto. Alguns conselheiros pediram esclarecimentos sobre o tipo de pesquisa que seria objeto do Seminário, sendo informados que são pesquisa de modo geral, mas devem ter relação com os objetivos de gestão da APA. Por consenso, o Conselho deliberou que o tema Seminário de Pesquisa fosse encaminhado para a CT de Biodiversidade e o Projeto sobre a pesca artesanal para a CT de Atividade Pesqueira. Leonardo (CEPENE) manifestou interesse em participar da CT que vai analisar o projeto sobre a pesca artesanal, considerando que o CEPENE é coordenador do Projeto. O Presidente concordou, informando a plenária que existe a possibilidade de que não membros das CTs possam participar de seus trabalhos, desde que tragam contribuições para o tema em discussão.

O tema passeios de buggy foi bastante discutido, havendo manifestações dos conselheiros sobre o encaminhamentos para a CT de Turismo, para a CT de Biodiversidade e, inclusive, para as três camarás seguintes, Turismo, Biodiversidade e Gestão Socioambiental. Eduardo e Iran prestaram esclarecimentos sobre o que é um TAC e sobre o seu objetivo, bem como sobre o trabalho das CTs, ficando claro para todos que as CTs não deliberam sobre o assunto submetido para sua apreciação, o papel da CT é subsidiar o Conselho, com base no conhecimento técnico sobre o assunto, emitindo um parecer técnico para deliberação da Plenária. Quanto ao TAC trata-se de um instrumento precário, que não tem caráter permanente, visando tão somente corrigir uma situação não permitida por lei, através de sua regularização que permita sua prática durante um determinado período de tempo, até que seja extinta ou se adeque a legislação em vigor.

A proposta de encaminhamento para a CT de Gestão socioambiental foi questionada por Ulisses, que entende que os passeios de buggy tem impacto econômico e ambiental, mas não existe uma situação de vulnerabilidade social ou coisa semelhante, que é o foco da CT de Gestão socioambiental. Como não houve consenso sobre o encaminhamento deste assunto, o presidente colocou em votação e o plenário aprovou por unanimidade o encaminhamento para as Cts DE Biodiversidade e de Turismo. Também aprovou por 14 votos a favor e 4 contra o encaminhamento para a Câmara de Gestão socioambiental. Em seguida o presidente solicitou aos membros das quatro Camarás Temáticas que se reunissem para definir um Coordenador, o qual será o ponto focal da CT junto à Secretaria do Conselho, bem como para estabelecer seus planos de trabalho.

O presidente do CONAPAC, Iran Normande, declarou a reunião encerrada agradecendo o empenho de todos os conselheiros e demais presentes, e lembrou que a próxima reunião ordinária está marcada para os dias 10 e 11 de agosto, no CEPENE, em Tamandaré.

.